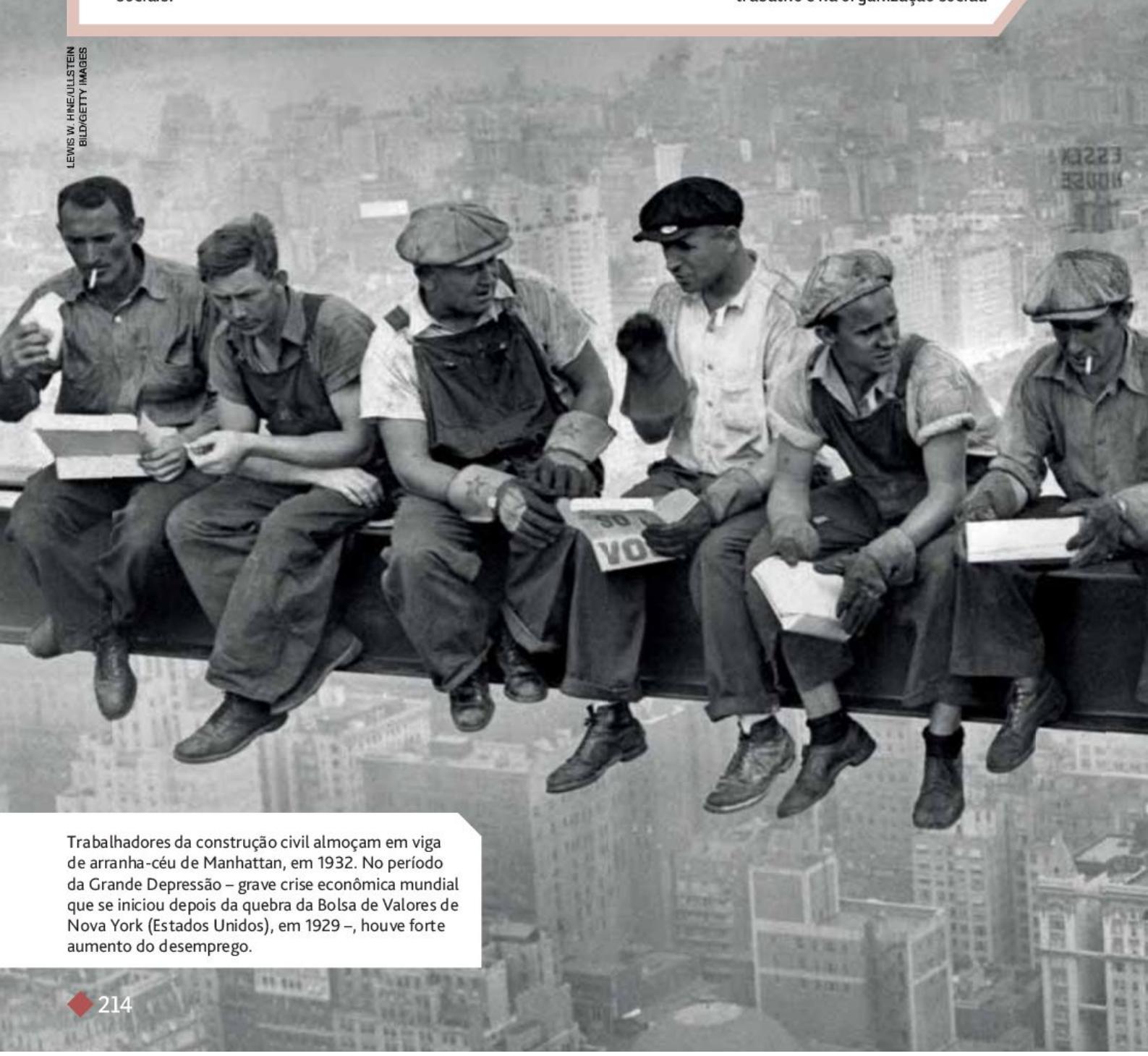


Trabalho e sociedade

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Entender que o mundo do trabalho é constituído de fenômenos mutáveis, suscetíveis à interferência de diferentes atores políticos e sociais.
- Associar as transformações do mundo do trabalho às modificações que ocorrem na dinâmica da produção capitalista.
- Avaliar a importância das transformações no mundo do trabalho e seus impactos nos trabalhadores, nos sentidos do trabalho e na organização social.

LEWIS W. HINE/ULLSTEIN
BILDGETTY IMAGES



Trabalhadores da construção civil almoçam em viga de arranha-céu de Manhattan, em 1932. No período da Grande Depressão – grave crise econômica mundial que se iniciou depois da quebra da Bolsa de Valores de Nova York (Estados Unidos), em 1929 –, houve forte aumento do desemprego.



FOTO: DARIO OLIVEIRA/CODIGO19/FOLHAPRESS

Trabalhadores protestam contra o projeto que regulamenta a terceirização (PL 30/2015) em São Paulo (SP, 2015). A ampliação das terceirizações é vista por segmentos da classe trabalhadora como um meio de supressão de direitos trabalhistas.



TOMOHIRO OHSUMI/BLOOMBERG/GETTY IMAGES

Linha de montagem da empresa de motocicletas da empresa Honda, no Japão, em foto de 2014. Apesar das mudanças que as tecnologias trouxeram ao mundo do trabalho, a produção e a montagem dos produtos ainda são feitas em fábricas que exigem longas horas de trabalho repetitivo em troca de baixos salários.



◆ Questão motivadora

Por que a tecnologia, apesar de aumentar a produtividade, não garante necessariamente melhores condições de vida e de trabalho para a maior parte dos trabalhadores?

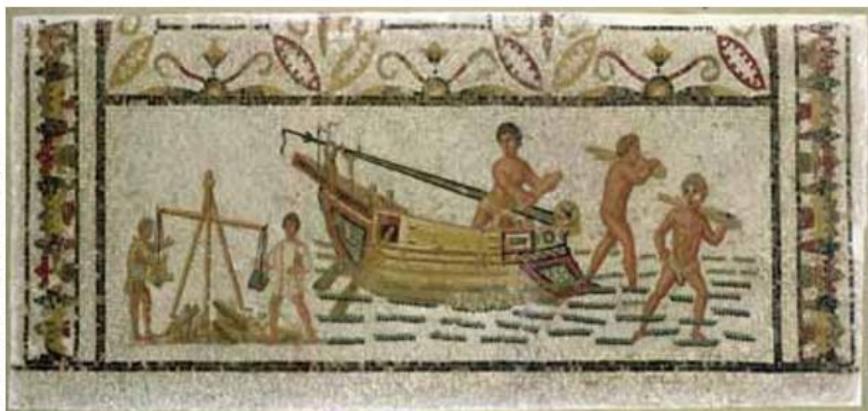
1

Primeiras palavras

Leonardo Marchetti, 32 anos, formado em Gestão de Comércio Eletrônico, já trocou de emprego em busca de novos desafios, mas atualmente sofre com o desemprego, depois de a empresa em que trabalhava ter realizado um corte de vagas. Ele tem encontrado dificuldade para voltar ao mercado de trabalho, continua na busca por uma colocação, mas cogita passar a trabalhar por conta própria, abrindo uma microempresa.

Mosaico romano do século III a.C. mostra trabalhos braçais realizados no passado por escravos na Grécia e em Roma. Culturalmente marginalizados, esses trabalhos eram destinados àqueles que não podiam se dedicar às atividades intelectuais. Mosaico romano do século III, 99 X 206 cm.

BRIDGEMAN IMAGES/KEystone Brasil - MUZEU NATIONAL DU BARDI, LE BARDI, TUNISIA



Muitos jovens nascidos entre as décadas de 1980 e 1990, no Brasil, enfrentaram o desemprego, que se acentuou por volta de 2015. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, entre maio de 2014 e maio de 2015, o desemprego subiu de 4,9% para 6,7%, e que esse crescimento atingiu com mais força os jovens de 18 a 24 anos. Nessa faixa, a taxa de desocupação passou de 12,3% em 2014 para 16,4% em 2015. Ainda de acordo com o IBGE, em maio de 2014 e maio de 2015, o grupo de 18 a 24 anos representava 32% da população desocupada, e o de 25 a 49 anos, 51,1%. O indivíduo desempregado, de modo geral, sofre pressões sociais por não ser considerado bem-sucedido. Mas será que a valorização do trabalho só diz respeito à sociedade contemporânea?

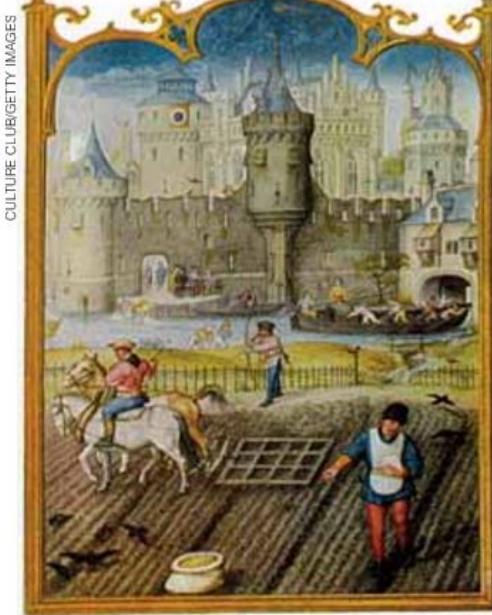
Na história das sociedades ocidentais, o trabalho foi usado para classificar pessoas. A atividade intelectual sempre teve valor maior que a atividade braçal, estabelecendo uma hierarquia entre os indivíduos. Na Grécia antiga, o trabalho braçal era associado à escravidão. Os romanos viam os escravos como instrumentos de trabalho, dividindo-os conforme a seguinte classificação: *instrumentum vocale* (escravo), *instrumentum semivocale* (animal) e *instrumentum mutum* (ferramenta). Se verificarmos a origem latina da palavra "trabalho" (*tripalium*, antigo instrumento de tortura), vamos confirmar o valor negativo atribuído às atividades laborais.

Cronologia

A manifestação por melhores condições de trabalho, organizada pelas trabalhadoras da indústria têxtil Cotton, em Nova York, no dia 8 de março, teve resultado trágico. As tecelãs foram duramente reprimidas pela polícia e refugiaram-se dentro da fábrica, que foi trancada e incendiada: 130 trabalhadoras morreram carbonizadas.	1801	1857	1906	1929	1931	1935
Invenção do tear mecânico pelo inglês Edmund Cartwright.			Fundação da Confederação Operária Brasileira (COB).			Entra em vigor o Decreto-Lei nº 19.770, que legaliza os sindicatos. Na visão do governo Vargas, os sindicatos eram "órgãos de conciliação de classe, e não de luta social".



Mulheres trabalham em fábrica por volta de 1939. A divisão do trabalho e a introdução das máquinas no processo produtivo modificaram as relações sociais de produção. Nessa época, era corrente o emprego da mão de obra feminina em condições aviltantes.



Na Idade Média, a sociedade era essencialmente agrária. Portanto, possuir terra significava riqueza. Além da terra, os senhores feudais detinham o poder político e militar. A imagem, uma iluminura de autor desconhecido, criada por volta de 1515, mostra servos preparando as terras de um senhor feudal para cultivo.

Na Idade Moderna, o surgimento do capitalismo promoveu transformações profundas nessa perspectiva desfavorável do trabalho. Nas principais economias do mundo ocidental, o trabalho deixou de ser visto como uma atividade repugnante e se transformou em algo capaz de dignificar o ser humano. De acordo com Max Weber, a Igreja protestante desempenhou papel fundamental nessa transformação ao pregar o ascetismo, isto é, a vida regrada e a inclinação para o trabalho como caminho para a salvação.

A ditadura militar cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e põe fim ao direito à estabilidade no emprego após dez anos de trabalho.

Eleição para a Presidência da República do ex-operário metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT.

Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei nº 4.330/04, conhecido como PL da Terceirização. É sancionada pela presidente da República a lei complementar nº 150/2015 que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos, garantindo à categoria benefícios, como seguro-desemprego, salário-família, auxílio-creche, adicional noturno, obrigatoriedade do recolhimento de FGTS por parte do empregador e seguro contra acidentes de trabalho.

◆ 1943 ◆ 1966 ◆ 1980 ◆ 2002 ◆ 2006 ◆ 2015

O governo Vargas, com o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio, institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Lula é reeleito presidente da República, pelo PT.

Terceirização

É o fenômeno pelo qual uma empresa contrata, por meio de outra, os trabalhadores necessários para realizar determinadas atividades. A empresa tomadora do serviço se beneficia da mão de obra necessária para a realização de suas atividades, mas não estabelece nenhum vínculo duradouro com o trabalhador.

O progressivo desenvolvimento do capitalismo promoveu a reorganização social, cultural e econômica da sociedade europeia. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a ideologia capitalista instituiu a orientação para o trabalho como modo de realização individual e social. Contudo, a degradação, a exploração e as péssimas condições de trabalho contradiziam esse modelo.

No século XX, a sociedade capitalista ocidental intensificou o ritmo da produção industrial. A crescente demanda por produtos industrializados, característica da sociedade de consumo, fez com que a produção se acelerasse, assim como o trabalho, o que alterou drasticamente a vida do trabalhador, considerado, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo (consumidor).

Na sociedade contemporânea, o temor do desemprego e a precarização das relações trabalhistas, resultado de práticas como a **terceirização** e as atividades informais, têm gerado incertezas e inconstâncias no mundo do trabalho.

Embora o conceito de trabalho tenha assumido diferentes significados ao longo da história, essa atividade sempre foi indispensável na vida das pessoas, pois é por meio dela que o ser humano cria as condições para sua sobrevivência.

Livro

- ◆ CAMPOS, Anderson. *Juventude e ação sindical*.

Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010

O livro problematiza a situação vivida pelos jovens em sua inserção no mundo do trabalho e analisa a precarização das relações de trabalho e das lutas desenvolvidas para melhorar essa condição.

Filme

- ◆ Terceirização – a escravidão em versão neoliberal

Brasil, 2005.
Realização: Sindieletrô-MG.
Duração: 24 min.

O documentário trata da terceirização e da precarização do trabalho na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Em 1995, parte das ações da empresa foi privatizada e a contratação de terceirizados ganhou amplo espaço. Contudo, como mostra o vídeo, as condições de trabalho entre funcionários contratados e terceirizados eram bem diferentes.

2

A questão do trabalho em Marx, Weber e Durkheim

Para a Sociologia, a vida cotidiana é marcada profundamente pelo modo como as relações de trabalho se apresentam em determinado momento histórico. É impossível dissociar a esfera de trabalho dos tipos de relação social vigentes em cada contexto. Como vimos, as transformações no mundo do trabalho acompanharam as intensas mudanças que ocorreram ao longo da história, sendo condicionadas pelas visões dominantes de cada período.

Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim dedicaram parte central de suas teorias à reflexão sobre o mundo do trabalho capitalista. De modos diferentes, esses expoentes do pensamento sociológico elaboraram análises que ainda hoje ajudam a compreender a sociedade em que vivemos.

◆ Karl Marx e a história da exploração do homem

Karl Marx examinou o universo do trabalho na caracterização e na compreensão da vida social. Para ele, a divisão social do trabalho (diferenciação dos grandes ramos da produção social – agricultura, indústria etc. – e do trabalho individualizado em uma oficina ou fábrica) acompanha o desenvolvimento das sociedades: seus estágios variam de acordo com os diferentes modos de produção existentes ao longo da história. A divisão da sociedade em classes é definida essencialmente pela posição ocupada pelos indivíduos no processo produtivo, ou seja, proprietários ou não dos meios de produção (máquinas, ferramentas, terras, matéria-prima), que correspondem, respectivamente, à burguesia e ao proletariado.

Marx identifica três elementos no processo de trabalho: a força de trabalho (o potencial humano), o objeto de trabalho (aquilo que será modificado pela atividade humana) e o meio de trabalho (os instrumentos utilizados para produzir os itens ou o espaço em que são produzidos). Nas sociedades capitalistas, o trabalho serve para produzir uma mercadoria com valor de troca (destinada à venda). Como essa mercadoria é propriedade do burguês, o excedente econômico – lucro – obtido com a troca ou venda dessa mercadoria também fica com ele.

O principal mecanismo utilizado pelos donos dos meios de produção para obter o lucro foi denominado por Marx de **mais-valia** – excedente de valor obtido pela exploração do trabalho. Mas como isso acontece? A transformação de uma matéria-prima por meio do trabalho agrega valor ao produto. Ou seja, o trabalho, no processo produtivo, gera valor. A força de trabalho, sendo pensada como uma mercadoria, que pode ser vendida e comprada, quando empregada na transformação de um objeto, acrescenta valor a ele. Esse valor, no entanto, não é adequadamente pago ao trabalhador, sendo apropriado pelo dono dos meios de produção. Em outras palavras, mais-valia é a diferença entre a quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria e o que o trabalhador efetivamente recebe como salário para produzi-la.

Há dois modos de gerar mais-valia. O primeiro está relacionado ao aumento de horas trabalhadas, o que permite ao burguês se apropriar do aumento de riqueza gerada pelo proletário, já que este passa mais tempo trabalhando e, portanto, aumenta a produção – mais-valia absoluta. O segundo modo é aquele que deriva da incorporação de tecnologia ou de organização do trabalho que aumente a produtividade do trabalhador. Nessa situação, não há necessariamente aumento no número de horas trabalhadas, mas se produz mais riqueza em um período de tempo igual – mais-valia relativa. Portanto, uma coisa é o valor pago pelo burguês pela força de trabalho, isto é, o salário, e outra é o quanto esse trabalho rende ao capitalista.

Para Marx, a exploração do trabalhador começa com a expropriação dos meios de produção. Do processo de trabalho no qual os homens coletivamente transformam e produzem itens restou ao trabalhador somente a força de trabalho, que é, então, vendida ao capitalista como mercadoria. O proletariado é explorado pela burguesia quando ela se apropria do excedente da produção, o que configura e inicia uma forma de desigualdade social. O caráter contraditório das relações de trabalho está no fato de que o aumento de produtividade não melhora a vida dos trabalhadores; ao contrário, o que ocorre é um processo de pauperização e de proletarização da sociedade, do qual uma das consequências é a desigualdade social.

Como consequência da divisão social do trabalho na sociedade capitalista, o trabalhador fica sujeito a um processo de alienação. Esse processo está relacionado à desapropriação dos meios de produção, à falta de controle sobre o processo de trabalho e à sua dificuldade de se apropriar das mercadorias que resultam de seu trabalho.

Livro

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.*

São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

No livro, o autor discute as diferentes definições do trabalho, destacando que o sentido atribuído pelo capital ao trabalho não é o mesmo atribuído pela humanidade. Além disso, ele chama a atenção dos leitores para a possibilidade de concluirmos, precipitada e equivocadamente, que o trabalho perdeu a centralidade e a importância para a compreensão do mundo contemporâneo.



A exploração dos trabalhadores é uma marca do capitalismo. O combate à desigualdade exige uma nova organização do trabalho e da produção.

◆ Max Weber e a ética do trabalho

Ao analisar o tema trabalho, Max Weber partiu de pontos de vista diferentes dos de Marx. Weber propõe uma compreensão do capitalismo que parte do âmbito cultural em vez do econômico. Para ele, o capitalismo industrial tem sua gênese na ideologia puritana e calvinista. No século XVI, com o advento da Reforma protestante, a Igreja católica perdeu o monopólio religioso na Europa e surgiram diferentes vertentes do protestantismo. Weber analisou os puritanos e os calvinistas, seguidores da reformulação da doutrina cristã que ocorreu na Inglaterra no século XVI.

◆ www.oit.org.br

Acesso em: fev. 2016.

Site da Organização Internacional do Trabalho, agência da Organização das Nações Unidas que tem por missão promover o acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade e dignidade.

◆ *Assassin's Creed Syndicate*

A trama principal envolve dois irmãos que fazem parte de gangues de Londres no século XIX. A história se passa no contexto da Revolução Industrial e as desigualdades e a exploração nas fábricas inglesas são o pano de fundo do enredo. Vários personagens históricos aparecem na trama, entre eles Karl Marx. O conflito de classes é um dos elementos da história.

Havia uma presença muito significativa de protestantes entre os empresários e os trabalhadores qualificados nos países capitalistas mais industrializados. Weber imaginou que deveria existir uma relação entre certos valores calvinistas e puritanos e a gênese do capitalismo moderno.

Ao apontar as conexões entre as mudanças na esfera religiosa e as transformações na economia – o que ele chama de espírito do capitalismo –, Weber fez uma associação entre o trabalho e a possibilidade de salvação espiritual. A mudança de valores e atitudes graças ao surgimento do protestantismo criou a predisposição ao trabalho como modo de salvação da alma. A partir desse momento, este passava a ser visto como algo voltado para a glorificação de Deus e como a principal fonte de salvação. E o trabalho deveria se tornar um valor em si, assim como a própria finalidade da vida, ordenado por Deus.

Diante dessa doutrina, os seguidores deveriam desenvolver, além da "vocação" para o trabalho, um comportamento social comedido, ou seja, uma prática metódica e racional de busca pelo desenvolvimento espiritual. Essa ascese, isto é, a negação do prazer para atingir a salvação, passou a ser uma ação racional para o protestante. Nesse sentido, a perda de tempo seria o primeiro o principal de todos os pecados. O puritanismo condenava o ócio, o luxo e a preguiça.

A fim de relacionar os comportamentos engendrados pela associação entre religião e economia, Weber buscou na história da racionalização do trabalho a explicação para o surgimento das relações de trabalho capitalista, em que o trabalho se torna um valor em si mesmo, uma vocação.

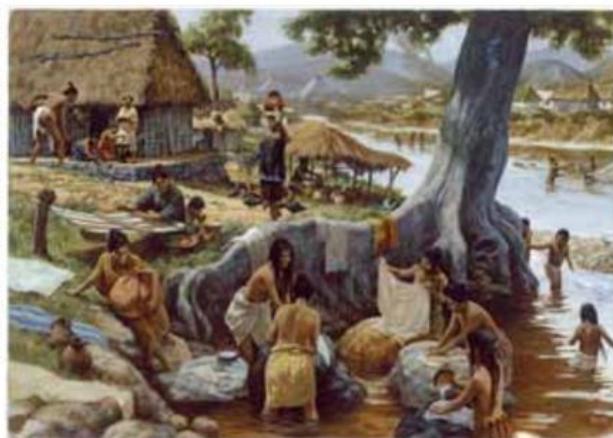
Ele afirma que, para os protestantes, é com base no sucesso profissional que o indivíduo recebe a indicação da salvação: o sucesso no trabalho é o sinal divino de que a pessoa será salva. Como isso "explicaria" a existência de ricos e de pobres? Os ricos seriam disciplinados e imbuídos de espírito empreendedor, ao passo que os pobres se deixariam levar pela imprevidência e pela preguiça, motivo pelo qual estes não prosperariam. Assim, Deus abençoaria seus escolhidos por meio do sucesso no trabalho.

Para Weber, a riqueza seria o sinal da salvação e a ética seria o nexo de causalidade entre a conduta humana e a prosperidade. Assim, a ética protestante concordaria para que os frutos do trabalho fossem direcionados à acumulação, e não ao consumo nem a gastos supérfluos. Essa ética seria um fator cultural determinante para o desenvolvimento do capitalismo.

◆ Émile Durkheim e o trabalho como gerador de solidariedade

Assim como Marx e Weber, o contexto de desenvolvimento do pensamento de Émile Durkheim foi a Europa em processo de industrialização. Porém, ao contrário da visão crítica estabelecida por Marx, Durkheim argumenta que a divisão social do trabalho se consolida como um dos fatores que possibilitam a existência de coesão social.

O trabalho representa uma esfera primordial para a existência da solidariedade em uma comunidade. Diferentemente do senso comum, que costuma definir solidariedade como sinônimo de ações altruístas, Durkheim desenvolve a ideia de que o trabalho representa todo tipo de elemento ou característica que explica a harmonia entre os indivíduos de uma sociedade. Segundo ele, a maior ou menor intensidade da especialização da divisão do trabalho pode gerar dois modelos de solidariedade, como vimos no capítulo 2.



As sociedades pré-capitalistas seriam caracterizadas pela solidariedade mecânica, com pouca divisão do trabalho, como mostra a figura, que retrata um vilarejo maia.

A **solidariedade mecânica**, de acordo com Durkheim, é típica de sociedades pré-capitalistas, nas quais a coesão social se constrói por meio da forte identificação dos indivíduos com as tradições e os costumes culturais da comunidade, pois a divisão do trabalho pouco influencia as relações. Nesses casos, a consciência coletiva exerce intenso poder de coerção nas ações individuais.

A **divisão social do trabalho** é um processo de especialização de funções que torna os indivíduos interdependentes. Para Durkheim, a modernidade é caracterizada pela predominância da solidariedade orgânica, sendo que a divisão do trabalho produz um elo entre os indivíduos. Já nas sociedades capitalistas, caracterizadas pelo alto grau de divisão do trabalho e por uma maior heterogeneidade cultural, Durkheim aponta a existência da **solidariedade orgânica**. A grande diversidade de funções e de trabalhos produzidos nessas sociedades faz com que se fortaleça a interdependência entre os integrantes. Nesse caso, a coesão social não é garantida pela rigidez de uma consciência coletiva (coercitiva), mas baseia-se na exigência de suprir as necessidades individuais tendo em mente o que é produzido pelos outros membros do grupo.

Nesse caso, Durkheim interpreta as tensões sociais criadas pela exploração capitalista como um problema moral, isto é, se a divisão do trabalho não produz coesão social é porque as relações entre os diversos setores da sociedade não estão adequadamente regulamentadas pelas instituições sociais existentes, o que gera anomia.



PAULO FRIDMAN/FOLHAPRESS/IMAGENS

A intensa divisão do trabalho aumenta a interdependência entre os trabalhadores, o que dá origem à solidariedade orgânica. Na foto, trabalhadores costuram sacos para serem usados na exportação de café na cidade de Manaus (AM, 2013).

3

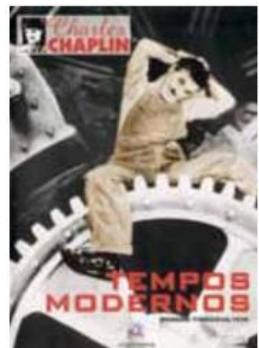
As experiências de racionalização do trabalho

Com o crescimento da industrialização, o método de controle da produção de bens materiais passou a ser um componente cada vez mais expressivo do antagonismo entre os interesses de burgueses e os de proletários. A partir da segunda metade do século XIX, desenvolveu-se uma área do conhecimento científico fundamentada em normas e funções que visavam organizar o espaço produtivo e aumentar a produtividade do trabalho. Entre as diversas teorias que surgiram, ganhou destaque a do engenheiro estadunidense Frederick W. Taylor, que propunha estratégias gerenciais fundamentadas em um rigoroso controle de tempo e de movimentos, na especialização das atividades e na remuneração por desempenho.

A principal característica desse método é a separação entre o planejamento e a execução das atividades. Esse sistema organizacional, chamado de **taylorismo**, busca a padronização de todas as atividades de produção, definidas pela administração e posteriormente repassadas aos trabalhadores. O objetivo do sistema é o aumento da produtividade por meio de mecanismos que permitam às administrações controlar e intensificar o ritmo e, assim, aumentar o lucro dos donos dos meios de produção.

Filme

Tempos modernos



REPRODUÇÃO

Estados Unidos, 1936.
Direção: Charles Chaplin.
Duração: 87 min.

O filme retrata a dura realidade vivida pelos trabalhadores no período da Grande Depressão de 1929 e é uma crítica às relações e às condições de trabalho no sistema capitalista.

Filme

- ◆ A classe operária vai ao paraíso

REPRODUÇÃO



Itália, 1971.

Direção: Elio Petri.

Duração: 125 min.

O filme mostra a trajetória de Lulu Massa, operário italiano do período áureo do fordismo, que se dedica inteiramente à linha de produção até sofrer um acidente e começar a questionar toda a estrutura da fábrica e o próprio sistema capitalista.

Quem escreveu sobre isso



Frederick Taylor desenvolveu métodos científicos para a administração de empresas.

AKG-IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK

Frederick Taylor

Frederick Winslow Taylor (1856-1915) nasceu na Filadélfia, nos Estados Unidos. Formou-se em Engenharia Mecânica em 1883. Considerado o pai da administração científica, procurou desenvolver métodos científicos para a administração de empresas, visando à eficiência operacional na administração industrial. Em seu livro *Princípios de administração científica*, de 1911, defendeu a racionalização das tarefas que cabiam à administração e à produção, com o intuito de obter maior rapidez e precisão no trabalho, o que aumentaria a produtividade nas fábricas.

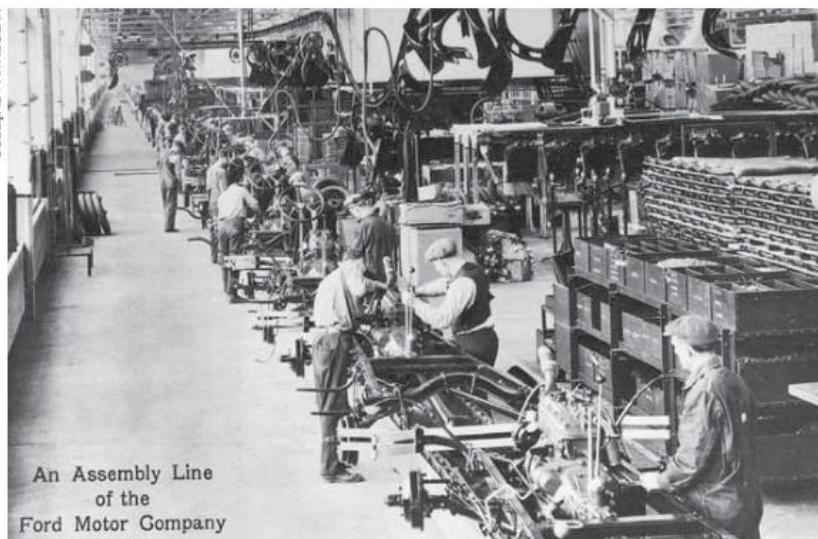
Um modelo prático de organização da produção que se baseou no taylorismo foi o **fordismo**. Seu criador, Henry Ford, desempenhou papel fundamental na difusão do sistema de organização do trabalho que aliou o esquema taylorista às suas próprias ideias. Proprietário da Ford Motor Company, em Detroit, Estados Unidos, Ford inovou o cenário industrial a partir de 1914, ao produzir veículos padronizados e em grandes quantidades – o que barateava os custos de produção –, para alcançar o consumo em massa. Para isso, foi criada uma linha de montagem em série, na qual os trabalhadores se fixavam em seus postos e os objetos de trabalho se deslocavam em trilhos ou esteiras. Cada trabalhador deveria ser especializado em uma única tarefa, e o ritmo era ditado pela velocidade da linha de produção. Ao repetir movimentos iguais incessantemente, o operário atuava como uma peça da máquina, alienado do conjunto de seu trabalho.

Os ganhos de produtividade – e a exploração da força de trabalho – foram bastante significativos. A ênfase na separação entre a concepção (gerência) e a execução (trabalho) ampliou a alienação do trabalho. Partia-se do princípio de que os trabalhadores eram pagos para executar, não para pensar.

O modelo **taylorista-fordista** ocasionou alto índice de rotatividade, sobretudo nas áreas mais próximas às linhas de produção, com baixo nível de qualificação educacional e profissional dos operários, o que os tornava descartáveis. Esse sistema de organização do trabalho se expandiu para o mundo e passou a ser amplamente utilizado no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, a partir do grande crescimento econômico produzido pelo consumo de massa.

No contexto atual, a organização do trabalho experimenta uma nova estrutura, apoiada na flexibilização das relações de trabalho e dos processos produtivos, além da intensa utilização de tecnologias da informação. Esse novo padrão surge como necessidade de adaptação às transformações do sistema capitalista. O mercado globalizado forçou o desenvolvimento de novas estratégias de racionalização e de redução de custos, que tiveram também sérias implicações na quantidade e na qualidade do emprego.

COLEÇÃO PARTICULAR



An Assembly Line
of the
Ford Motor Company

Linha de produção dos carros modelo T, da Ford, nos Estados Unidos, entre 1910 e 1920.

4

Sistemas flexíveis de produção

O cenário de crise econômica global nos anos 1970 e 1980 desferiu um duro golpe nos investimentos produtivos industriais, concomitantemente à expansão das atividades ligadas ao setor de serviços. Isso fez com que a indústria tivesse de se reorientar em relação a um mercado consumidor mais segmentado, que passou a exigir maior oferta, maior qualidade e menor preço. O modelo fordista, que tinha se desenvolvido para atender ao mercado de massa com produtos padronizados e com pouca possibilidade de flexibilização, passou a sofrer críticas.

A crise que atingiu o capitalismo a partir da década de 1970 criou um ambiente favorável ao surgimento de mudanças que representam o afastamento radical dos princípios fordistas, caracterizado como pós-fordismo. Nesse contexto, passa a se destacar um sistema de organização do trabalho denominado **toyotismo** (ou **ohnismo**), desenvolvido pelo engenheiro Taiichi Ohno, da Toyota Motor Company. Apesar de a Toyota ter adotado o modelo na década de 1950, só 20 anos mais tarde ele se tornaria paradigma do sistema industrial mundial. Suas características básicas são: flexibilidade na produção, com a capacidade de rápida alteração dos modelos a serem produzidos; organização da produção e da entrega no momento e na quantidade exatos, de modo a torná-las mais rápidas; importância da qualidade dos produtos; baixos preços com base na lógica de empresa "enxuta"; estoques baixos; e número reduzido de trabalhadores.

O toyotismo promoveu a passagem dos sistemas de produção "estáticos" para os "flexíveis". A flexibilidade na produção está ligada à ideia de fábrica "enxuta", pois rompe com o modelo de produção em série que necessitava de muitos trabalhadores. O toyotismo pode dar conta de pedidos pequenos de mercadorias, feitas especialmente para um único cliente, bem como da **customização em massa**. Hoje em dia, pode-se identificar esse modo de produção nas empresas que não possuem lojas físicas e vendem o produto ao cliente antes mesmo de fabricá-lo, o que só ocorre depois de as especificações serem definidas pelo consumidor na loja virtual.

O sistema *just in time* adotado pelo toyotismo baseia-se na coordenação minuciosa de entrega de produtos ou matérias-primas para a produção, ou seja, um sistema de terceirização pelo qual não é preciso estocar produtos. Essa **produção sob demanda** permite que a empresa venda o produto antes de comprar as matérias-primas necessárias para fabricá-lo. Caso ocorra qualquer problema na entrega da matéria-prima, toda a produção estará comprometida.

Esse modelo gerou ganhos para os consumidores e para a economia em geral. Proporcionou também melhora significativa na organização capitalista do trabalho, principalmente na descentralização, na aproximação dos níveis hierárquicos e na ampliação da autonomia do trabalhador, mas manteve as relações de controle e poder. Enquanto no sistema taylorista-fordista o trabalhador se tornava especialista em uma única, simples e rotineira função, o toyotismo desenvolveu a figura do trabalhador "polivalente" ou "multifuncional", que deveria aprender várias funções. Apesar de favorecer os aspectos ligados à criatividade do trabalhador, à produção em equipe, à qualificação, entre outros, esse modelo ainda esbarra nos limites do **trabalho alienado**, ou seja, o trabalhador continua a ser explorado e a não dominar todo o processo produtivo.

Dessa forma, se por um lado o toyotismo provocou grande aumento da produtividade do trabalho, por outro conservou o mesmo nível de controle sobre o trabalhador – e em algumas situações o controle até aumentou. Um exemplo disso ocorre quando os empregados estão em situação de concorrência por aumento de produtividade. Ao contrário da verticalização do controle taylorista-fordista, com sua rígida hierarquia de comando, o trabalho em equipe do toyotismo gera uma horizontalização do controle, pois cada operário fiscaliza o outro para o correto cumprimento das tarefas.

Customização em massa

Produção em grande quantidade que atende a demandas específicas individuais a custos semelhantes aos dos produtos fabricados em massa.

Filme

◆ **Ou tudo ou nada**



Reino Unido, 1997.
Direção: Peter Cattaneo.
Duração: 92 min.

O filme conta a história de alguns amigos desempregados que procuram uma alternativa incomum e bem-humorada para seus problemas financeiros, tendo como pano de fundo as transformações econômicas do final do século XX, na Inglaterra.



Apesar dos novos modelos de gerenciamento de mão de obra e da ideologia do ambiente confortável de trabalho, a imensa maioria dos trabalhadores está submetida a uma rotina massificante, marcada pela competitividade e pela insegurança quanto à continuidade no emprego. Operários em fábrica de automóveis, em foto de 2014, na província de Aichi, no Japão.

Outro fenômeno que surgiu com o toyotismo foi o sindicalismo de empresa, no qual o sindicato estabeleceu uma relação que favorece a aplicação de uma política sindical propícia a alinhar-se com a estratégia de negócios da empresa, gerando uma convergência de objetivos. Esse modelo passou a rivalizar com o sindicalismo combativo – de confronto, de classe e de luta –, típico do sistema taylorista-fordista.

Em linhas gerais, pode-se dizer que as características do toyotismo listadas anteriormente, associadas ao sindicalismo de empresa, às ferramentas gerenciais – o *just in time* (JIT) e a *kanban* (cartela na qual o trabalhador antecedente indica onde parou) – e à robotização da produção, alteraram profundamente a matriz da empresa fordista e geraram novos fenômenos no âmbito da flexibilização do trabalho. Por exemplo, o que o sociólogo estadunidense Richard Sennett chamou de “corrosão do caráter”, referindo-se às expectativas impostas aos trabalhadores, que dispensam aspectos do caráter – como lealdade, objetivos de longo prazo, confiança e comprometimento – e valorizam a flexibilidade, o trabalho em rede e a possibilidade de cada um ser capaz de se reinventar o tempo todo.

O desafio atual apresentado ao trabalhador é lidar com objetivos de longo prazo em uma sociedade que enfatiza o curto prazo.

Saiba mais

Sindicalismo

Os sindicatos são organizações que têm como objetivos a organização da classe operária e a intermediação da relação entre patrão e empregado.

O sindicalismo no sistema taylorista-fordista

No sistema taylorista-fordista, a exploração do operário na linha de produção intensificou a atuação e a resistência sindical. Os sindicatos atuavam para garantir melhores condições de trabalho e aumento de salários de acordo com a produtividade geral. Nos Estados Unidos, o fordismo, associado ao estado de bem-estar social, visto no capítulo 6, possibilitou boas condições de atuação aos sindicatos e a garantia de direitos trabalhistas.

O sindicalismo no toyotismo

A flexibilização produtiva e as novas formas de trabalho modificaram a atuação e a importância dos sindicatos. A terceirização, os contratos temporários, o trabalho informal e o doméstico fizeram com que muitos trabalhadores perdessem o vínculo com o local de trabalho, uma vez que se tornaram apenas prestado-

res de serviços. Tome-se como exemplo uma escola em que os faxineiros, merendeiros, seguranças e secretários sejam terceirizados e parte dos professores ou outros profissionais da educação trabalhe sob contrato temporário. Nesse cenário, observa-se que os trabalhadores da escola estão vinculados a uma empresa. De um dia para o outro, esses funcionários poderão ser transferidos para outro local determinado pela empresa. Sem vínculo direto com o local de trabalho, muitos trabalhadores não se engajam na luta em prol da melhoria da escola. A atuação do sindicato fica comprometida pela dificuldade de mobilização dos profissionais, que estão em constante rotatividade. Dados de 2008, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), indicam que a taxa de sindicalização no Brasil é de 19,1%, um aumento pequeno em comparação ao de 1992 (18%) e ao de 1998 (16,7%). Em 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de sindicalização da população ocupada adulta era de 17%. As baixas taxas de sindicalização apontam para uma crise socioinstitucional dos sindicatos, que necessitam se adaptar às novas condições de trabalho e produção.

5

Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos

Os processos de liberalização econômica (que possibilitaram maior participação do capital, em especial do estrangeiro, em setores antes regulados pelo Estado), de incremento tecnológico (como a introdução da robótica) e de renovação das relações de trabalho (terceirização, trabalho temporário etc.), implantados a partir dos anos 1990, resultaram no aumento do desemprego em relação às duas décadas anteriores, em diversas nações industrializadas do mundo.

Mas não é tão simples analisar os impactos do desenvolvimento da tecnologia nos processos e nas relações de trabalho. Se por um lado a automação (em bancos, escritórios, telecomunicações etc.) eliminou empregos para trabalhadores qualificados, por outro, propiciou aumento de postos de trabalho em setores da economia antes pouco expressivos, como o de tecnologia da informação.

Os dois primeiros elementos, liberalização econômica e incremento tecnológico, ocasionaram o fenômeno conhecido como desemprego estrutural. Essa modalidade de desemprego é resultado de profundas transformações na estrutura do mercado laboral, que o impedem de absorver a mão de obra disponível por longos períodos, fato que o diferencia do desemprego conjuntural, provocado por fases pontuais de recessão do ciclo econômico. Assim, tanto os trabalhadores qualificados (que perderam funções na indústria) quanto os mais jovens – por ainda não terem qualificação – são vitimados por esse fenômeno.

Nesse sentido, o crescimento do trabalho em tempo parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e vinculado à economia informal, mesmo nos países industrializados ricos, parece confirmar a tese de que o trabalho está sofrendo uma degradação ou precarização, processo chamado de **informalização do trabalho**.

O quadro de informalização faz emergir uma realidade em que no trabalho formal prepondera o setor de serviços, o chamado setor terciário, que consiste, em linhas gerais, na concentração dos trabalhadores nas atividades econômicas que envolvem a comercialização de produtos em geral e o oferecimento de serviços comerciais, pessoais etc.

No caso brasileiro, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008, mais de 57% dos trabalhadores estavam ocupados no setor de serviços. Nesse mesmo ano, 24% da população economicamente ativa (PEA) trabalhava na indústria e apenas 18,4%, na pecuária, na caça e na pesca.

Desde a década de 1980, somente o setor terciário tem crescido no total da ocupação nacional. O setor primário seguiu diminuindo seu peso relativo no total dos postos de trabalho, de 32,9% para 18,4%, entre 1980 e 2008, enquanto o setor secundário se manteve relativamente estabilizado em quase 25% da ocupação nacional.

Entre os processos que influenciam esse cenário estão propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada e de desindustrialização. Esses fenômenos, que pelo menos até 2015 vinham sendo fortemente impulsionados, são exemplificados pelo contrato por tempo determinado, pelo banco de horas, pela redução de encargos sociais e de direitos trabalhistas.

Direitos trabalhistas assegurados pela lei, como o seguro-desemprego, tornam-se cada vez mais difíceis. Na foto, centenas de pessoas buscam o benefício na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, em São Luís (MA, 2013).



Subproletariado

São trabalhadores à margem da organização de classe, que oferecem sua força de trabalho (mesmo sem garantias trabalhistas) sem encontrar interessados que paguem por ela um valor que assegure condições básicas para a sobrevivência dessas pessoas.

Apesar do crescimento de 3,6% no número de empregados com carteira assinada em relação ao ano de 2012, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2013, o **subproletariado** do mercado informal cresceu. Provavelmente em consequência disso, o movimento sindical tornou-se mais defensivo. Em alguns países, como o Brasil, houve diminuição do número de greves, o que fragilizou os sindicatos como entidades de representação de interesses de classe.

Apesar de representar os trabalhadores do mercado formal, os sindicatos passaram a enfrentar uma crise de credibilidade, pois não defendem satisfatoriamente os trabalhadores diante da fragilização resultante do retrocesso em relação a direitos trabalhistas.

Mesmo no Brasil contemporâneo, é possível observar formas extremas de degradação no trabalho. Para minimizar o desemprego, é fundamental que empresas e autoridades governamentais criem e instituam formas de qualificação profissional que garantam maior absorção de trabalhadores, com remuneração justa e respeito aos direitos trabalhistas.

Saiba mais

Precariado: nova classe ou velho proletariado?

A globalização do capitalismo tem elevado as condições de vida dos países mais pobres e mantido direitos nos países de estado de bem-estar social? O que temos visto é a contínua degradação das condições de trabalho em todas as regiões do mundo, ao contrário do que se previa com o desenvolvimento das nações mais pobres. O mundo do trabalho passa a ser flexível, e as condições de trabalho se reorganizam sob o signo da precariedade. Mesmo nos setores mais modernos de produção, observa-se que a cadeia produtiva global pode conter, ao mesmo tempo, trabalhos altamente remunerados, trabalhos precariamente protegidos por leis e trabalhos em situação análoga à escravidão.

Com esse cenário, alguns sociólogos têm observado que a precariedade não é apenas uma nova condição do trabalho para todos os trabalhadores. Com a globalização, reorganiza-se a estrutura de classes em âmbito global, o que leva ao surgimento de uma nova classe: o precariado. Isso é o que afirma o sociólogo inglês Guy Standing. Ele analisa o grupo de pessoas em trabalhos altamente instáveis e com salários muito baixos, que emergem como uma nova classe social, diferente do assalariado protegido legalmente e pertencente à classe média. O sociólogo divide o precariado em três tipos: os *atávicos*, em geral não instruídos e atraídos por ideologias de extrema-direita para dar sentido às suas frustrações; os *nostálgicos*, tipo basicamente formado por migrantes e minorias sem nenhuma relação mais fixa, que politicamente se manifestam em explosões isoladas; e os *boêmios*, seção mais instruída do precariado, que tem possibilidades de agir em função de maiores transformações.

No Brasil, a ideia de precariado tem ganhado força, principalmente graças aos escritos dos sociólogos Ruy Braga e Giovanni Alves. Os sociólogos brasileiros

criticam a visão europeia sobre os trabalhadores precários, pois entendem que eles formam uma parcela do proletariado, não estando fora das relações sociais capitalistas assalariadas. Para Ruy Braga, o precariado pode ser situado entre aquilo que Karl Marx chamou de "superpopulação relativa", estando no "coração do próprio modo de produção capitalista", porém sem acesso a trabalhos seguros e mais bem remunerados, dos quais muitos trabalhadores assalariados puderam usufruir durante o estado de bem-estar social. O autor distingue ainda as diferenças entre os conceitos de "subproletariado" – que consistiria nos trabalhadores enquadrados em vínculos mais precários, com pouca ou nenhuma possibilidade de organização política – e de "precariado".

Embora concorde com as críticas de Ruy Braga à sociologia europeia, que enxerga o precariado como "fora" da relação salarial, o sociólogo Giovanni Alves admite que o precariado é algo historicamente novo. Ele o define como uma "nova camada da classe social do proletariado", correspondendo aos trabalhadores urbanos precarizados, jovens adultos escolarizados, porém com inserções precárias no trabalho e na vida.



Em Paris (França, 2006), jovens protestam contra a precarização do trabalho e a utilização abusiva da mão de obra dos estagiários.

Vale, por fim, mencionar uma curiosa e bem-humorada passagem do autor de ficção científica russo Isaac Asimov: "A fábrica do futuro só vai precisar雇用 um homem e um cachorro: o homem será necessário para alimentar o cachorro, e este, para manter o homem longe das máquinas". Trata-se, obviamente, de um exagero. É preciso postular a importância do ser humano no mundo do trabalho (aqui representado pelo setor produtivo, que tem as fábricas como carro-chefe). Isso porque, citando o sociólogo brasileiro e professor da Unicamp Ricardo Antunes, "máquinas não recebem salários, não consomem e, por isso mesmo, não participam do mercado". Sendo assim, a "utopia" presente na ficção científica de Isaac Asimov, de exclusão do ser humano, levaria o sistema de produção ao colapso.

Saiba mais

Economia solidária

Como vimos, a flexibilização dos processos de produção e das relações de trabalho e de consumo ocasionou a precarização das relações de trabalho, marcadas pela fragilidade contratual e pela redução do controle público sobre as conquistas trabalhistas. Essa precarização, associada à crescente automação, penalizou o trabalho e elevou as taxas de desemprego, empurrando uma parcela significativa da população para a informalidade. O deslocamento dos postos de trabalho formais para os informais tem levado ao crescimento de cooperativas, do trabalho domiciliar e familiar e das pequenas empresas.

Nesse contexto, desenvolveu-se a economia solidária, que se baseia em um modo de produção caracterizado pelo equilíbrio de poder entre todos os trabalhadores, o que proporciona um ambiente democrático e cooperativo. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), economia solidária é o conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão, sejam essas atividades de produção, de distribuição, de consumo, de poupança ou de crédito. A autogestão significa que não existe patrão nem empregados, pois todos os integrantes do empreendimento são trabalhadores e donos ao mesmo tempo.

Sendo assim, os empreendimentos econômicos solidários têm como característica a supressão da relação de dominação do patrão sobre os empregados, em que o primeiro detém o controle sobre os outros, sendo responsável pelas decisões, enquanto aos demais cabe apenas a execução das ordens. Além da autogestão, da igualdade entre os trabalhadores e da democracia interna, outro elemento fundamental para a caracterização dos empreendimentos solidários é o comprometimento com melhorias na comunidade e com relações de comércio e de troca justas.

A economia solidária contempla ainda a defesa de um novo modo de consumo, que valorize a produção local, preocupe-se com o meio ambiente e não beneficie as empresas que exploram a mão de obra e o ambiente de modo irresponsável.

De modo mais amplo, a economia solidária pode ser compreendida como um movimento social que busca a instituição de um modelo de desenvolvimento pautado pela igualdade, pela cooperação e pela evolução da condição humana. Constitui-se, portanto, em um projeto político de sociedade.

Trata-se, assim, de um movimento que busca modificar as relações entre economia e sociedade, com base nos princípios de: solidariedade, democracia, igualdade, cooperação, direitos humanos e conservação ambiental.

Nesse movimento, desencadeiam-se processos de articulações políticas, protagonizados por organizações e redes de diversas práticas associativas, que resultam na construção de espaços coletivos, como a criação do Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES), em 2003, com a finalidade de articular e mobilizar as bases da economia solidária em todo o país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas.

Livro

- ◆ SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.*

Rio de Janeiro: Record, 2000.

O livro discute a formação das personalidades e das identidades sob as novas relações de trabalho do capitalismo do final do século XX. O autor procura demonstrar como essas relações, caracterizadas pela flexibilidade, impactam o modo como os indivíduos conformam seu caráter em nossos dias.

Site

- ◆ www.telacritica.org
Acesso em: fev. 2016.

Endereço eletrônico coordenado pelo professor de Sociologia Giovanni Alves, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Marília (SP), que discute temas da Sociologia, em especial os relacionados ao mundo do trabalho, por meio da análise de filmes dos mais diferentes gêneros, origens e épocas.

Uma breve radiografia da terceirização no Brasil



MARIO RIBEIRO/BRAZIL PHOTO PRESS/FOLHAPRESS

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os terceirizados estão mais sujeitos a acidentes por terem piores condições de trabalho; trabalham, em média, três horas a mais por semana, recebem menores salários e têm menos direitos trabalhistas em relação aos trabalhadores contratados diretamente pelas empresas. São Paulo (SP, 2015).

As pesquisas mais recentes sobre terceirização, em várias regiões do Brasil, têm chegado, invariavelmente, aos mesmos resultados, confirmado uma epidemia sem controle.

Conforme observado por Druck e Franco (2007), nos anos 2000, a terceirização cresceu em todas as direções, destacadamente no setor público e nas empresas estatais. No caso do setor privado, atingiu as áreas nucleares das empresas e passou a usar novas modalidades, a exemplo das cooperativas, das empresas pejotizadas e do trabalho em domicílio, também chamado de teletrabalho. Os diversos setores pesquisados nestes anos, como bancários, telemarketing, petroquímico, petroleiro, além das empresas estatais e privatizadas de energia elétrica, comunicações, assim como nos serviços públicos de saúde, revelam, além do crescimento da terceirização, as múltiplas formas de precarização dos trabalhadores terceirizados em todas estas atividades: nos tipos de contrato, na remuneração, nas condições de trabalho e de saúde e na representação sindical.

É sabido que não há estatísticas precisas sobre a terceirização no Brasil, dada a dificuldade de captá-las junto às empresas, mas o Dieese, através da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), estimou, para as principais regiões metropolitanas, que, em 2009, 11,6% dos empregados urbanos

eram subcontratados em serviços terceirizados e autônomos que trabalhavam para empresas. Em estudo mais recente (Dieese-CUT, 2011) registrava que em 2010 os setores “tipicamente terceirizados” correspondiam a 25,5% dos empregos formais no Brasil. Nesse mesmo estudo, um conjunto de indicadores revela as desigualdades entre trabalhadores terceirizados e os demais, pois a remuneração dos empregados em setores tipicamente terceirizados é 27,1% menor do que a dos demais empregados; a jornada de trabalho é de três horas a mais para os terceirizados; o tempo de permanência no emprego é 55,5% menor do que o dos demais empregados; e a taxa de rotatividade nas empresas tipicamente terceirizadas é de 44,9%, enquanto nas demais empresas é de 22,0%.

Para o estado de São Paulo, Pochmann (2012) mostra a evolução do número de trabalhadores formais em atividades tipicamente terceirizáveis, que salta de 110 mil em 1995 para mais de 700 mil em 2010. No período 1996-2010, o crescimento médio anual do emprego formal terceirizado foi de 13,1% ao ano e de 12,4% o aumento médio anual do número de empresas. [...]

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra?
Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, v. 79, n. 4, p. 222, out./dez. 2013.

Regulamentação do trabalho

O trabalho é uma das dimensões mais fundamentais do ser humano. Na vida em sociedade, ele confere identidade e pertencimento aos indivíduos. Em qualquer sistema político e econômico, o trabalho é regulamentado por leis e dispositivos jurídicos. No sistema capitalista, a livre concorrência é uma diretriz de organização. Mas livre concorrência não

significa ausência de regulamentação. No Brasil, o trabalho é regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/5/1943. Esse conjunto de leis é uma das principais ações de promoção de cidadania e de garantia de direitos aos trabalhadores brasileiros. Vamos ver algumas passagens importantes da CLT:

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

TÍTULO I [...]

Art. 2º – Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º – Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados.

[...] Art. 3º – Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. [...].

A regulamentação do trabalho é fundamental para que práticas abusivas, mesmo no contexto de uma economia capitalista, possam ser combatidas. Uma dessas práticas é o trabalho escravo, ou aquele que lhe é assemelhado. Veja a matéria a seguir.

Trabalho escravo: MPF já denunciou 19 pessoas à Justiça no Pará em 2015

[...]

6/8/2015

O Ministério Pùblico Federal (MPF) encaminhou à Justiça, de janeiro até o fim de julho deste ano, 11 processos que denunciam 19 pessoas pela submissão de trabalhadores em condições análogas à escravidão no Pará. As ações, ajuizadas

nos municípios de Belém, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí, pedem que os acusados sejam condenados a até oito anos de reclusão, além do pagamento de multas.

As principais irregularidades encontradas [...] foram a contratação de mão de obra sem documentação, falta de registro de empregados e ausência de pagamento de salários regulares, acomodação dos trabalhadores em locais sem condições mínimas de conforto, saúde e higiene, ausência de instalações sanitárias e água potável, local impróprio para as refeições e preparação dos alimentos, ausência de equipamentos de proteção individual e utensílios de trabalho, além do isolamento geográfico e servidão por dívida.

[...]

MPF no combate ao trabalho escravo – [...] De 2010 para cá, houve um aumento de mais de 800% nos procedimentos extrajudiciais instaurados. [...] O trabalho escravo contemporâneo se caracteriza por ameaças de morte, castigos físicos e dívidas que impedem o livre exercício do ir e vir, além de jornadas que ultrapassam 12 horas por dia, sem alimentação ou água potável.

[...]

Fonte: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/imprimir?&UID=2037e5bff514c61dfcb84ad70f9fb290&keepThis=true&TB_iframe=true&height=400&width=700>. Acesso em: mar. 2016.

Atividade

Reúna-se com três ou quatro colegas. Façam uma pesquisa sobre casos de trabalho análogo à escravidão que ocorreram no Brasil (ou em sua região) nos últimos anos. É importante trazer o recorte de jornal ou o texto retirado da internet para a sala de aula.

Com esse material em mãos, leia para a turma o caso selecionado pelo seu grupo, pontuando de que

forma ocorreu o processo e as características de trabalho análogo à escravidão. Cada grupo deverá trocar de matéria com outro e então produzir um texto que resuma a matéria recebida e a comente à luz dos artigos da lei trabalhista. Nesse texto, procure utilizar as discussões em sala sobre o capítulo, além de partes da Consolidação das Leis do Trabalho, que pode ser obtida facilmente na internet.